

Estudo Técnico Preliminar 19/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 08280.016361/2021-13

2. Descrição da necessidade

A Polícia Federal, conforme definido no art. 144 da Carta Magna, é órgão permanente que compõe a estrutura da Segurança Pública e tem o dever de fornecer aos cidadãos segurança efetiva e eficaz, sendo responsável pelas funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e, com exclusividade, pela função de polícia judiciária da União, cabendo-lhe, entre outras atribuições, prevenir e reprimir tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; apurar as infrações penais contra a ordem política ou social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.

Atualmente a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. A manutenção desses índices de aprovação e confiança passa, também, por ações dinâmicas que possam acompanhar o movimento da criminalidade organizada, sendo valorosa as iniciativas que permitam atos de cooperação entre forças policiais.

Neste sentido está a estratégia defendida pela Superintendência Regional do Distrito Federal. Criada pela Portaria nº1.389, de 23 de outubro de 1970, a **Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DF** entrou em funcionamento inicialmente como Subdelegacia Regional no DF, em 16 de novembro de 1970, passando a ostentar a condição de Superintendência Regional somente em 19 de junho de 1972. A circunscrição da SR/DF abrange o Distrito Federal e 33 municípios do estado de Goiás.

Desde então pequenas reformas foram realizadas para manter e ampliar a edificação inicial. A construção atualmente é composta de três blocos, o principal com 4 (quatro) pavimentos, anexo I com 2(dois) pavimentos, e anexo II com único pavimento, além de estacionamento com 34 vagas.

Considerando o Despacho GTED/SELOG/SR/PF/DF 20258793 e do cronograma proposto (20260976). Das melhorias priorizadas e de responsabilidade desta unidade, contidas no anexo D do relatório de Melhoria da Gestão (19487963) constam:

- Grupo 09 (infraestrutura predial). Código 34142 - Readequação das instalações físicas;
- Grupo 10 (espaço de convivência).Código 34143 - Espaço de convivência;

Considerando o relatório anual de inspeção da situação física da unidade (20801127) e a necessidade de adequações pontuais no vestiário e banheiros, evitando a insalubridade e adequação da edificação às normas técnicas.

Considerando o Despacho DEA/CGPLAM/DLOG/PF (20888297), que relata que em situações que necessitam de intervenção imediata, sugere-se que o GTED da unidade inicie um procedimento para contratação da obra e/ou serviços de engenharia mais urgentes, a exemplo daqueles que impliquem em insalubridade ao ambiente de trabalho.

Aliada a situação, a unidade tem passado por um processo de modernização nos últimos anos, carecendo dar continuidade aos reparos internos. A ser reparado elementos internos e reestruturar as instalações e correções de patologias, tais como a reparação de pisos, retiradas de instalações em piso, reparação de sanitários, reparação no telhamento (sanando as ocorrências apontadas no processo 08280.015079/2021-19), dentre outros.

Torna necessário, também a adequação do atual vestiário. Dado ser apenas um vestiário e atualmente utilizado tanto para os homens quanto para as mulheres, tanto para servidores quanto para prestadores de serviço. No mesmo vestiário, consta tanque para o suporte à empresa contratada da limpeza. Torna-se necessário a individualização dos vestiários como a criação de Dependência para limpeza e suporte aos serviços desta natureza.

Outra necessidade é revitalizar e sanar as atuais condições de alguns banheiros, inclusive adequando o banheiro para a norma de acessibilidade, em que carece destinar banheiro para PNE em cada pavimento desta SR.

Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades do futuro objeto, prezando pela economicidade dos investimentos, pela segurança dos usuários, do conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 2.271/1997 e Instrução Normativa nº 05/2017-MPOG.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/DF	THIAGO SANTOS DA CUNHA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Projeto Básico e demais anexos do Edital. Como requisitos, a contratação deve contemplar o seguinte:

- Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
- Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;
- Dimensionar corretamente a prestação do serviço e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível; e
- Célere instrução do processo.

Requisitos Técnicos a serem exigidos dos prestadores deste serviço:

- Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível em características e prazo com o objeto a ser contratado;
- Declaração datada e assinada pelo responsável legal da empresa de que durante a execução dos serviços usará tão somente peças e componentes novos, originais.
- Declaração datada e assinada pelo responsável legal da empresa de que na execução dos serviços objeto da Licitação, obedecerá às Normas Técnicas da ABNT - NBR.

A vistoria prévia à participação na licitação deverá ser facultativa.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo

telefone (61) 2024-7506, quando será emitido Termo de Vistoria, comprovando que o responsável técnico da empresa vistoriou o local da obra e esclareceu todas as dúvidas de ordem técnica e legais.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, em até três dias úteis a data fixada para abertura da sessão pública.

Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

- (i) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- (ii) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- (iii) Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE; a) a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º;

5. Levantamento de Mercado

Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

Os projetos para construção ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

Na fase interna da licitação o GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES realizará os levantamentos dos dados necessários a serem especificados no projeto básico, e conforme as demais orientações no âmbito da DEA/CGPLAM/DLOG.

A solução viável para contratação do serviço é através da modalidade licitatória Convite, ou Tomada de Preço, ou Concorrência, a depender do valor orçado. Quanto ao tipo Menor Preço e pelo Regime de Empreitada Global, visto estar presentes os projetos necessários, como também se tratar de construção, além de ser a prática usual de mercado para esse tipo de contratação, já tendo sido realizadas contratações similares pela própria Polícia Federal e por inúmeros outros órgãos, reforçando a concepção de que a metodologia é a que melhor atende às necessidades da Administração.

Desse modo, em relação aos aspectos **técnicos de engenharia**, salvo melhor juízo dos aspectos de legalidade e contratações, entende-se que a característica finalística do procedimento de licitação, selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público, será atingida através da contratação direta em tela.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa de Engenharia e/ou Arquitetura visando a execução do futuro escopo contratual em atendimento às normas vigentes e orientações jurisprudenciais, compatibilização de projetos e serviços de Engenharia Orçamentária, necessários para reparações PONTUAIS E READEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL**, localizado Setor Policial Sul, SPO nº 02, CEP: 70610-200, Brasília/DF.

As demais especificações técnicas e demais informações serão devidamente tratadas no Projeto Básico e seus anexos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Adequação de área total de 7.080m², referente as unidades atualmente contidas na Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal.

Além das Reformas pontuais, nas coberturas dos anexos, nos sanitários, vestiário e outras de mesma relevância.

A administração local foi calculada conforme % limite recomendado no item 9.2.2 Acórdão 2.622/2013, que é de 8,87% do valor total do orçamento. Recomenda-se, conforme metodologia apontada pelo órgão de controle, adotar o pagamento proporcional da administração local da obra conforme o desenvolvimento da obra. Saliento que foi adotado a proporcionalidade do desembolso à administração local na elaboração do cronograma de obra.

A supervisão técnica, atuar como preposto contratual, supervisão gerencial de todo o objeto será feita por Engenheiro civil, que deverá, além de realizar visitas periódicas para acompanhamento dos serviços, emitir e assinar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela supervisão técnica e execução de todos os serviços envolvidos na contratação.

O isolamento da área em que os serviços serão realizados também gerará impactos na rotina do órgão. Como a possibilidade de realização de serviços noturnos e nos finais de semana. Salienta-se que o preço de referência é considerado atuação da empresa em horários convencionais (SEG a SEX), e por ventura a ocorrência de atuação fora desta previsão caracteriza-se como extraordinários, em que a contratada arcará com o desembolso além do previsto.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado que a Administração se propõe a pagar foi resultado de estudos, com base em metodologia de orçamentação apresentada pelos projetos básicos/executivos. O valor é estimado em R\$ 966.805,52.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração não parcelamento nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: "Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos".

Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta do serviço visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração. A execução do serviço deve ser integralmente feita pela contratada para que o objeto tenha a garantia de eficácia e controle das atividades realizadas. Não seria viável parcelar os componentes, dada a eficiência e celeridade na realização e o acompanhamento por único agente. A responsabilidade pelo objeto e sua garantia serão deveres de um único contratado, assim como é a anotação de responsabilidade técnica, junto ao conselho regional profissional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A possibilidade de contratação futura para modernizar o sistema de tecnologia da informação e modernização do sistema elétrico desta SRDF.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda está alinhada com a Portaria nº4.453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014, publicado no BS nº 093/2014, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, enquadrando-se como contratação que objetiva atender à fator crítico de sucesso da organização, assim definido:

"6. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

6.10. Infraestrutura adequada Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos."

A contratação pretendida está alinhada com o planejamento da Instituição, sendo que o item consta no Plano Anual de Contratações da Polícia Federal, do PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações.

Considerando o processo 08200.000251/2022-63, que se trata da Emenda de Comissão Impositiva nº 50120002 de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E DE CIDADANIA, que, embora tenha sido proposta inicialmente no valor total de 100.000.000 (cem milhões de reais), sofreu contingenciamento e teve seu montante alterado para R\$ 429.700,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e setecentos reais).

Conforme Ofício 12 (21878743), tendo sido indicada a **Obra de Readequação das Instalações Físicas e Reforma Pontual da SR/PF/DF (objeto desta futura contratação)** para aplicação destes recursos, com a aprovação do Diretor de Administração e Logística Policial da Polícia Federal (DLOG/PF), de acordo com o Despacho DLOG/PF (22171403).

12. Resultados Pretendidos

A presente solução trata-se de uma etapa preliminar da construção, que quando concluída, trará benefícios diretos e indiretos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (como por exemplo, a minimização de consumo de energia elétrica com a implantação de placas fotovoltaicas, dentre outras medidas), propiciando melhoria da qualidade das instalações físicas, bem como manutenção e conservação de baixo custo.

Nesse contexto, não resta dúvidas que a SRDF, ao final da contratação, e posterior à construção, irá realizar suas atividades institucionais melhor respaldada nos aspectos de condições físicas e ambientais, com o foco, nos ambientes internos, melhorando os acessos, ventilação e iluminação das salas, distribuição das áreas conforme efetiva utilização e ocupação dos ambientes, melhoria das condições aos prestadores de serviços (terceirizados), dispor de vestiário, e reparação dos banheiros e copa do térreo.

13. Providências a serem Adotadas

Para a execução do contrato há necessidade de adequação físicas no prédio, uma vez que o objeto do contrato é a contratação de empresa para adequação dos ambientes e reparações na parte interna à SRDF. As providências necessárias é realizar a retiradas de todos os mobiliários nos ambientes que serão realizadas, conforme estabelecido em cronograma de obra.

Cabendo ao GTED e SELOG dispor de ambiente para a realização de reuniões junto à futura contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Haverá impactos ambientais, de baixas proporções, tais como ruído e poeira, porém devidamente a ser previsto no futuro projeto básico.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Sendo viável a futura contratação, como necessária para a melhoria do sistema atual desta

16. Responsáveis

THIAGO SANTOS DA CUNHA
engenheiro

PEDRO HENRIQUE ZANOTELLI COLLARES
Agente de Polícia Federal